MULHER

Coordenação: Carlos Honorato (Editor de Cidade) e Luis Joca (Coordenador de Política Local)

Elas querem uma Constituinte progressista

A eleição em Brasília tem aspectos inusitados. O principal está na indicação da primeira representação política da cidade, nos seus 26 anos. Seguem-se inúmeras novidades mas, uma delas, com evidente diferença para outras metrópoles brasileiras está na preferência do eleitorado pela indicação de mulheres ao Congresso Nacional.

O **Jornal de Brasília** na compreensão dessa opção popular, convidou para uma entrevista seis candidatas à Câmara dos Deputados, de partidos diferentes, para que, de público, apresentassem as idéias que fundamentam suas candidaturas. Foram convidadas Herilda Balduíno (PDT), Maria Laura (PT), Maria de Lourdes Abadia (PFL), Rose Mary Góes (PSB), Leiva Fonseca(PDS), e Márcia Kubitschek (PMDB). Estas duas últimas confirmaram a presença mas, de última hora, sem justificativa válida, não compareceram.

A partir de sorteios definidos consensualmente, as quatro candidatas, durante mais de duas horas, falaram sobre o que querem da Assembléia Constituinte, a presença da mulher na formação da nova Constituição, a violência, a pena de morte, o aborto, a repressão política para Brasília e o abuso do poder econômico na eleição.

Anunciaram a conclusão de que a mulher é realmente bastante desprotegida perante a lei no Brasil e, assegurando que a causa se põe suprapartidariamente, destacaram que o problema não é eleger uma mulher à Constituinte, mas uma mulher comprometida com a causa feminina.

Carlos Menandro

Durante mais de duas horas as candidatas tiveram de mostrar o que pensam e querem dessa eleição.

— O que vocês querem da futura Assembleia Nacional Constituinte?

Herilda Balduino — Nos temos uma visão do que é Constituinte. A Constituinte não é para resolver problemas casuísticos. A Constituição é uma carta política. Espero fazer na Constituinte exatamente votar uma Constituição progressista, uma Constituição aberta, uma Constituição que promova o desenvolvimento social deste País, diminuindo as diferenças e as distâncias entre o que hoje nos temos, dos muitos ricos para os miseráveis, porque nem se fala mais em muito pobres, mas são miseráveis. Espero uma Carta política que assegure as igualdade todos os direitos, inclusive criando vários direitos novos que precisam ser colocados em termos constitucionais, que tenha princípios que dêem uma direção do Estado e ao Governo e que, sobretudo, venha modificar esse modelo econômico que nos vivemos, que é a causa de toda essa distorção político-social do país. Para isso é necessário que os delegados à Constituinte, os deputados e senadores, tenham consciência de que é preciso fazer reformas, que se não forem dentro dos parâmetros conservadores de uma Carta que enumere uma porção de normas, de cláusulas que não dizem nada com a convivência da maioria dos brasileiros. Nós não queremos uma Constituinte que se preocupe apenas em enumerar coisas que não vão trazer a mudança social. E uma mudança geraente de um país de povos, no limiar do ano 2.000. Nos precisamos de uma Constituinte que promova as mudanças, para o desenvolvimento deste país, para que o povo brasileiro possa participar, possa ter o conforto da previdência, para que o povo brasileiro tenha o amparo da ciência, das grandes realizações da inteligência humana, não fique apenas cidadãos de segunda, porque posições nos temos encontrado de ficar importando, de ficar mendigando aquelas decisões, aquelas propostas que realmente estão dificultando o mundo. É preciso atentar que nos temos um compromisso com o progresso. Nos temos um compromisso com um povo novo, que é a maioria do povo brasileiro. De criar para esse povo condições de vida dignas de cidadãos plenamente no exercício da sua cidadania. Constituição que vise sobretudo a criação de um estado democrático, que vise sobretudo colocar a liberdade acima de todos os outros bens que o povo quer usufruir. Porque um povo sem liberdade não se desenvolve, não se educa, não progride. E esse o papel dos constituintes. Sera essa a minha atuação como Congresso Constituinte, exatamente para escrever leis que venham modificar, que venham trazer mudanças muito profundas na sociedade brasileira, porque essa não é apenas uma Carta política. A Constituição é sobretudo uma Carta política. E como política ela trata da forma de convivência de encaminhamento das questões do povo. Uma Constituinte progressista, popular, voltada para as grandes realizações do mundo em benefício do progresso, do conforto, e da realização do homem brasileiro como cidadão do estado de direito.

— Rose Mary Góes — Constituinte é a espinha dorsal do país. E a Assembléia Nacional Constituinte, nós sabemos, tem plenos poderes para definir a organização dos estados e municípios e da direitos aos cidadãos. Eu pretendo ajudar a fazer Constituinte mudanças justas para o povo brasileiro, que esta realmente sofrido, durante muitos anos massacrado, oprimido. Esperanso também, desta Constituinte que as nossas crianças, futuro de uma nação, sejam também protegidas. Porque um país que tem uma grande parte da população de menores esta jogada nas ruas, sem assistência nenhuma, passando fome e morrendo nos primeiros anos de vida, não pode prosseguir da maneira que esta. E tem que haver uma proteção, leis que beneficiem essas crianças, que beneficiem a mulher e os trabalhadores, que não seja partindo se do principio que apenas uma mulher conseguiu chegar à Assembleia Nacional Constituinte em todos esses anos, da para sentir realmente que a mulher é bastante desprotegida dentro da nossa lei. E seus direitos e deveres não são realmente obedecidos. Queremos sim, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, criar projetos beneficiando a população inteira do país. Para que o nosso país seja considerado, dentro das suas leis, honesto, com proteção às pessoas que sofrem. O que nos estamos vendo, o que eu vi dentro do programa Brasília Urgente foi o que me deu realmente motivo para entrar para a política. E, a partir, participar de uma Assembleia Nacional Constituinte, onde se vai mudar as leis que regem o nosso país: para o trabalhador, que não tem assistência nenhuma; que proteja a mulher, que também é desprotegida e também não tem assistência; a criança, que não tem futuro em nosso país; o idoso que é jogado dentro de asilos, como se fosse um lixo, que quando tivesse feito tudo na sua vida, apesar de ja ter colaborado muito para o país, ter que esperar apenas a morte. A nossa Constituinte atual tem artigos realmente morosos porque parecem que não existem. Eles foram feitos apenas para constar nos livros. O que nós esperamos da Constituinte? Que ela seja honesta; que seja realmente justa e voltada para o desenvolvimento maior do nosso país.

Maria de Lourdes Abadia — Bem, eu espero que essa nova Constituinte, essa nova Constituição brasileira seja desdemocrática. Uma Constituição que realmente seja dinâmica, que beneficiar a maioria do povo brasileiro. E nas minhas propostas, através de uma reflexão grande, de debates mesmo, eu tenho chegado a alguns pontos básicos que nos não podemos abrir mão. Um deles e o principio da democracia. Isso ai eu acredito que tem que ser. tem que ter um princípio, ela tem que assegurar esse princípio democratico. O principio da liberdade, a luta pela vida em todos os seus sentidos. A gente esta vivenciando a destruição da natureza, a poluição dos rios, a morte dos rios, a morte da nossa fauna. Então, eu acredito que se não houver uma preocupação muito grande de assegurar nessa Constituinte a preservação da vida, teremos com isso dívida muito grande com as gerações futuras. E, principalmente, o compromisso com a justiça social. Eu tenho assim uma esperança muito grande de que essa Constituinte possa assegurar o trabalhador brasileiro, a maioria do povo brasileiro, uma garantia de uma vida mais justa, mais digna e mais humana. Eu tenho as nossas propostas que eu vejo e a revisão dos principios que regem o modelo econômico brasileiro, de uma forma a assegurar uma justa distribuição de renda. Nós sabemos que essa e a forma maneira que temos de melhorar a qualidade de vida do nosso povo. A concentração da renda nas mãos de poucos tem gerado esse empobrecimento, e essa violência que nos estamos nos deparando é uma consequência dessa concentração de renda e da falta de distribuição de renda com a maioria dos trabalhadores brasileiros. Uma revisão das leis da previdência social: e um absurdo a forma como o povo brasileiro e atendido. Ele para a previdência a vida inteira e quando chega a hora de usufruir seus anos de aposentadoria, ele tem que esperar uma fila durante 6 meses, para fazer esse exame. Isso é um exemplo. O problema do menor: tendo em vista o meu envolvimento nos programas da FUNABEM, uma vez que a Fundação do Serviço Social e executora da FUNABEM, vivenciando essas coisas incriveis com relação ao menor. Nós temos uma lei muito paternalista, em que a sociedade não assume a problematica do menor, e que o menor fica nas ruas, dentro de um processo de marginalidade. O problema dos excepcionais, que também não têm garantia nenhuma, e uma coisa terrivel. A mulher e o negro. O problema da reforma do judiciario. Eu acho que para garantir a democracia a coisa mais forte que nos devemos ter e a justiça. Quanto a reforma agraria, eu acho que tem que assumir mesmo, com coragem, a efetivação da reforma agraria.

Maria Laura — Bom, eu acho necessario focalizar o que que vai acontecer no dia 15 de novembro. Primeiro, nos não vamos eleger uma Constituinte, uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democratica e soberana, que era a proposta do meu partido, que era a proposta de um amplo setor que estava mobilizado, representando setores organizados da sociedade civil, como o movimento pro-participação popular na Constituinte, como a OAB, como setores da igreja. Partido dos Trabalhadores, PDT, que eles de fato estavam numa batalha pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte em outros termos, que tivesse a soberania para fazer a nossa Constituição. Então, nós vamos perder isso e, portanto, vamos eleger em 15 de novembro, deputados e senadores que terão o senho, a função de fazer tudo isso a nova Constituição. Eu acho que essa e uma questão muito importante a ser destacada. Segundo, esse Congresso vai eleito sem a obrigatoriedade de casuisticas, leis que permitem que nas eleições predomine o poder econômico; ainda prevalecem as leis de exceção, as repressivas. E mais, uma situação de economia do país, onde a gente tem uma divida externa de 104 bilhões de dolares, sem se tocar na discussão de como se posicionam os constituintes em relação a essa questão eu acho que as demais questões ficam dificeis de serem encaminhadas, na medida em que os nossos recursos para setores sociais, por exemplo, estão amarrados pela política imposta pelo FMI. Então, isso ai e muito complicado. Agora, por outro lado, a gente aposta nessas eleições, estamos batalhando para que os candidatos do PT cheguem la, e, chegando la, nos temos algumas questões muito claras. Nós queremos que a Constituição garanta instrumentos especificos de participação social; que sejam definidos os lançamentos do controle publico sobre a definição dos orçamentos governamentais, que haja também fiscalização dos atos do poder publico pela população, que nos assegurem que haja um controle dos recursos destinados às ações publicas ou privadas de interesse coletivo. Nos queremos que na Constituição sejam criados os direitos sociais básicos, e mais do que isso, que sejam garantidos os mecanismos de execução e de praticas desses direitos. Nós queremos, por exemplo, que a dona-de-casa, que hoje o conjunto de cidadão apresentaram leis atraves de abaixo-assinados de um setor da população, ou atraves de associações ou de sindicatos. Nós queremos também que sejam garantidos os mecanismos em que os eleitores possam revogar os mandatos dos eleitos que não estejam cumprindo o seu mandato, que não estejam respondendo a um interesse popular. Eu gostaria de destacar ainda que existem questões mais particulares que, para nós do PT, são essenciais para defendidas de uma maneira muito clara: e a questão do direito de organização sindical para todos os trabalhadores, de forma desatrelada do Ministério do Trabalho, direito de organização sindical dos servidores publicos, criando se suas proprios sindicatos; a estabilidade no emprego e o direito de greve. Existem muitas propostas de constituição esteja apenas escrito que os trabalhadores têm o direito de fazer greve, sem que seja necessario nenhuma lei ordinária. Isso se sentido de dizer qual a greve que é legal, qual que é ilegal, qual a que pode ser feita, qual a que não pode ser feita. E nós sabemos que se o governo intervir nessas greves. Outra questão, isso na jornada de trabalho, nós somos um país que tem uma jornada de trabalho de 48 horas e nos sabemos no grupo de paises que têm a maior jornada de trabalho. Então eu acho que e necessario que, nesse momento que a gente está vivendo, que a enorme dos população desempregada e um nivel salarial baixissimo, que haja uma redução da jornada de trabalho para 40 horas, que e uma reivindicação dos trabalhadores. Essa e uma maneira, inclusive, de atacar a politica de desemprego. De cada 100 trabalhadores que têm a sua jornada de trabalho reduzida para 40 horas, nos vamos ter 29 empregos.

Discriminação histórica

— O que a mulher deve incluir como obrigatório na sua plataforma legislativa?

Maria Laura — Eu quero deixar muito claro que os meus posicionamentos são posições do PT. E mais, que a gente, durante a campanha eleitoral, tem se reunido com setores especificos para discutir as questões quando essas são especificas. E eu tenho, por exemplo, um documento onde estão alguns pontos de discussão sobre a questão da mulher, que foram feitos pelas mulheres em apoio à minha candidatura. Esse Congresso constituinte so poderá ser um pouco mais amplinado da gente se tiver a democracia e da participação popular se estiver respaldado pela mobilização popular. E nessa medida que eu tenho certeza que os nossos posicionamentos só serão consequentes se tiverem respaldo do lado de fora. Então, eu gostaria de destacar que, sem dúvida, a mulher brasileira sofre uma dupla pressão. Ela é oprimida junto com o homem, como os demais trabalhadores, por um modelo econômico, e ela é oprimida por discriminação histórica bem mais profunda pelo fato de ser mulher. Nós entendemos que essa opressão da mulher se dá pelo fato superada com mudanças muito mais profundas das relações sociais, da relação entre as classes, da relação de produção. Agora, nós gostaríamos de poder destacar na nova Constituição os direitos básicos que nos sabemos que em 1917 e depois.

Rose Mary Góes — Acho que a maior vitória da mulher na Assembléia Nacional Constituinte vai ser eleger um grande número de mulheres. Eu concordo com a Dr.ª Herilda quando ela fala de mulheres que tenham participação na luta das mulheres. Que tenha o conhecimento dessa luta, para que possam levar à Assembléia Nacional Constituinte um projeto que beneficie a mulher, os seus direitos. Direitos e deveres iguais para homens e mulheres, principalmente no mercado de trabalho, onde a mulher é discriminada bastante. Ela recebe salários desiguais quando ocupa cargos iguais aos do homem. Os espaços de decisão quase sempre são negados para a mulher. Deve-se pensar também que a mulher trabalha dobrado. Ela tem lar, tem familia, tem marido, tem que cuidar. E nada mais justo que se fazer um projeto para que as mulheres tenham o horário corrido. Ai ela teria muito mais tempo para se dedicar ao lar, aos filhos, dando mais atenção a eles, dando mais carinho a essas crianças que ficam em casa. Outra mulher que é bastante discriminada nos nossos dias é a mulher do lar, prendas domésticas. A dona-de-casa, que muitas vezes não trabalha fora e se dedica exclusivamente a criar os filhos. Partindo-se do principio que nós somos as grandes produtoras desse mundo, porque colocamos aqui seres humanos que vivem e consequentemente produzem, a mulher que tem o seu papel importante. E nada mais justo de se reconhecer essa dona-de-casa. Reconhecendo como profissão para que ela possa no futuro receber uma aposentadoria. E no dia do momento em que ela paga INPS, ela recebe a aposentadoria, mas não como dona-de-casa, como alguém que produziu para o País, como alguém que deu alguma coisa em benefício da Nação. Porque ela criou seres que contribuem para o País. Penso ainda em mudanças no conceito de chefes de família. Existem muitas famílias nos países que me apóiam, de vários partidos, temos a consciência. A luta da mulher é suprapartidária. E espero encontrar na Constituinte mulheres comprometidas com a causa das mulheres, porque o problema não se situa em eleger mulheres. Não e eleger mulheres comprometidas com a causa feminina, que entendam o que é a condição feminina. Porque mulheres machistas não ajudam em nada. Eu acho que o grupo de paises que têm a maior jornada de trabalho. Então eu acho que é necessario que, nesse momento que a gente está vivendo, que a enorme dos população desempregada e um nivel salarial baixissimo, que haja uma redução da jornada de trabalho para 40 horas, que e uma reivindicação dos trabalhadores. Essa e uma maneira, inclusive, de atacar a politica de desemprego. De cada 100 trabalhadores que têm a sua jornada de trabalho reduzida para 40 horas, nos vamos ter 29 empregos.

— A violência cresce assustadoramente no país, como solucionar o problema. Deve-se falar em pena de morte?

Pena de morte e violência

Maria de Lourdes — Olha, primeiramente, eu vejo a violência como uma conseqência de várias causas. E, nos sabemos que a causa maior da violência é a miséria. Ela é gerada pela miseria. E por todo o sistema de empobrecimento, de marginalização porque passam as pessoas desempregadas, sem salários, e as pessoas que estão ai marginalizadas, ai nas periferias em todo o nosso país. Eu confesso a vocês que participo daquela comissão nacional de combate à violência. E a nossa equipe é uma equipe que eu reputo de pessoas com muito compromisso com esse país. Nós temos o D. Avelar Brandão, nós temos o Hélio Bicudo, o senador Stevens Gomes, e alguns juristas e dois negros, no meu grupo. O que nós estamos tentando elaborar para a apresentar à Constituinte é o seguinte: a primeira coisa é a revisão do modelo. Esse grupo foi dividido em três partes. Então, tem o grupo que vai trabalhar com propostas de curto prazo de médio e de longo prazos. Aí, a gente entra no problema da violência rural, no problema da reforma agraria, da luta dos sem-terra com os grandes proprietários, depois a gente passa para a violência urbana que está aí num desespero, e depois medidas de curto prazo, como a reforma do sistema penitenciário, do judiciario no sentido de que haja maior urgência nos processos e que seja aplicada e garantida a justiça para todos. E o problema da impunidade também que é vista com muita seriedade; o problema da impunidade no nosso país, que é um fato até motivador da violência, a partir do momento em que a pessoa vê que quem comete crime não tem punição nenhuma, ela está motivada. Essa explanação, eu acho, dá bem o diagnóstico sobre como a gente entende que a violência deve ser tratada. O outro problema é a pena de morte. Eu confesso a vocês que o volume de cartas recebidas pela comissão pedindo a pena de morte dá para ficar com medo. A minha posição é que, primeiro, nós temos que resgatar a dívida social do nosso país. Deve-se fazer cumprir a lei, deve ter justiça. Porque considero que se implantando a pena de morte no Brasil vão morrer as pessoas que hoje estão atrás das grades, que são os pobres e os negros. Então, particularmente, eu sou contra a implantação da pena de morte em nosso país. Mas a gente sabe, que tem bandidos irrecuperaveis, até mesmo porque eles já entraram num processo de descrença, de desesperança, de falta de apoio, porque para eles é realmente muito difícil. Existem crimes que nós sabemos que devem realmente punidos. Eu acho que em tese seria isso. Agora, você não resolve o problema da violência armando a policia, que é uma policia não preparada para enfrentar o problema da violência.

Só para esclarecer, você defende a pena de morte só para os casos extremos?

Maria de Lourdes: Eu não defendo a pena de morte em caso nenhum, enquanto não houver esse resgate dessa dívida social.

Herilda Balduino — O problema da violência no Brasil é hoje aquela coisa que mais chama a atenção do povo. Eu até acredito que a imprensa da um tom muito colorido a isso, talvez seja ate manipulação para esquecer dos graves problemas que esse país tem e como a violência vem bater diretamente na porta do cidadão, ela vai se manifestar imediatamente sobre aquilo. A violência que nós hoje vivemos tem causas políticas, sociais e jurídicas muito profundas. Política por quê? Nós estamos vindo de um regime de 21 anos de ditadura, onde a violência do Estado foi o mais exercível possível. Mataram, torturaram, sumiram com as pessoas, cassaram mandatos, criaram estados de exceção, leis de exceção, cooptaram os sindicatos, imprensa e estudantes. A outra violência, essa que vocês vêm no rádio, na tem causas e isso todo mundo já diz como lugar comum, que decorre exatamente da injustiça social de modelo econômico, da miseria, da pobreza, do abandono, enfim, da falta de dignidade com que é tratada a pessoa humana. A violência jurídica vem exatamente do sistema legal de um sistema de justiça que nós temos. O Código Penal só se aplica a preto, pobre e prostituta. A justiça penal é absolutamente preconceituosa. Não dá oportunidade de aquelas pessoas que por um acaso delinquem, possam ser reabilitadas. Estou falando rapidamente dos problemas do sistema penitenciário. O sistema penitenciário no Brasil é o que nós vimos agora nos jornais através de depoimentos de bandidos. Aquilo ali é aquilo que nós temos através de depoimentos da polícia, do ministério da Justiça, não é a verdade. Quem está dizendo a verdade que é bandido que está lá dentro, que são torturados, que apanham, que têm castigos, quando nós todos afirmamos que a pena é para reeducar pessoas através de tortura? Como vai reeducar pessoas através da negação dos seus direitos mínimos de pessoa humana? Educação é um processo de reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Não é, de ordem unida, de castigo. Isso não é educar. Isso é conseguir certas formas de pensamento, de conduta. Então como o problema da violência é trazido através de um estardalhaço muito grande da imprensa, cuspindo e escarrando dos conservadores pedindo pena de morte. Mas não lembram que pena de morte não resolve o problema onde ela é aplicada. Eu sou figadalmente, fronteiriamente contra a pena de morte. O Estado tem compromisso com a vida do cidadão. Não é com a morte. Não existe nenhum país de bandidos rotulados. O periculosidade é criada através de um processo de imprensa. Não sabemos, como advogada conhecemos a realidade, de que muitos rapazinhos que passam pelas Funabens da vida, pelos juizados de menores, pelas delegacias de menores, o dia que faz 18 anos ele então recebe um processo de um crime grave e lhe dão uma pena, e as penas no Brasil são muito altas — isso é um dos defeitos da nossa legislação penal — e vai para a escola do crime, que é a penitenciária. Não e dada a ele nenhuma oportunidade de se recuperar. Eu acredito na recuperação do homem. O problema de pessoas que dizem de alta periculosidade não só problemas de cadeia, são problemas médicos. Nós não temos no Brasil uma assistência médica. Nós precisamos de tratar das pessoas não é só do ponto de vista da saúde física, mas também da saúde mental. E esse é o grande problema. Os desajustes também são doenças mentais para o próprio código penal.

Herilda Balduino (PDT)

"Pena de morte não resolve o problema da violência"

Carlos Menandro

O confronto das candidatas teve um nível elevado e cordial. Só ficou um pouco tenso no final

O poder econômico influi, de verdade

— Está havendo abuso de poder econômico na campanha eleitoral?

Maria Abadia (PFL) — Eu tenho dito muito, na imprensa que é uma pena que em Brasília a gente não comece uma nova proposta de eleições no Brasil.

Eu tenho a impressão que se todos os candidatos tivessem se unido no sentido de fazer uma campanha a nível de discussão de idéias, de programas de trabalho, de propostas, a gente estaria lançando sementes e começando, aqui no DF, uma coisa nova, uma proposta inovadora com relação às eleições em Brasília. Mas, pelo que a gente já está observando, agora, na medida em que as eleições se aproximam, nós vemos o seguinte: aqueles que têm mais e que estão realmente conseguindo chegar mais nas comunidades e levar as suas mensagens. Eu fico impressionada quando eu vejo lá na Ceilândia, o que eu tenho observado, pessoas com carretas de cimento, na expansão do Setor "O", trocando votos por sacos de cimento. Vocês sabem que os pisos dos barracos e das casas da expansão não foram ainda concretizados.

Então é muito difícil você diante de caminhão de cimento sendo distribuído para a população em troca de votos e você estar em cima de um caminhãozinho velho, querendo discutir a constituinte, querendo discutir a realidade deles, a importância de um voto consciente.

Então eu acho que a eleição de Brasília, ela não está diferente das outras nos estados e pelo que a gente tem visto aí, quem tiver mais dinheiro para investir em divulgação, em programas, em material, em brindes e que vai cativar mais o povo, infelizmente.

Rose Mary — (PSB) — Sobre o abuso do poder econômico nas eleições eu acho que é abuso do ser humano carente, que está acontecendo ai inumeras vezes devido ao desconhecimento da população carente da importância dessa eleição, políticos inescrupulosos usam a unica coisa que eles têm na vida, que é o dinheiro para ludibriar esse povo comprando a sua consciência, comprando o seu voto. E realmente frustrante e que está acontecendo com essa política aqui no Distrito Federal, deparar com fatos como este. Olha, nós que lutamos tanto por uma representação aqui para a nossa cidade, pensávamos que por Brasília não ter uma tradição política as coisas fossem acontecer diferente. Mas não está acontecendo.

Aqueles que querem o poder a qualquer custo, aqueles que não têm propostas nenhuma nem trabalho nenhum realizado junto ao povo, está conseguindo ganhar votos e estão conseguindo, inclusive, às custas do dinheiro do poder econômico comprando o povo com mentiras, comprando com seu dinheiro, através dos grandes anúncios que eles podem pagar. A partir do momento em que eles têm condições de pagar anúncios em jornais, anúncios luminosos, anúncios em cartazes riquíssimos, a partir do momento em que eles podem gastar horrores nos cilindros que foram feitos nessa cidade que realmente é uma discriminação em cima dos partidos pequenos, que não têm condições de fazer cartazes, de empregar mil cabos eleitorais pagos, de botar 300 carros de som nas ruas, quando os pequenos partidos não podem fazer isso e quando as suas propostas são honestas os pequenos partidos, as propostas e ganhar, sim, essas eleições através das suas negociatas sujas.

Herilda Balduino — O abuso do poder econômico no Brasil nunca foi coibido. Poucas pessoas foram processadas e tiveram as sanções por ter usado o dinheiro para ganhar eleições. Em Brasília não está diferente. O que acontece hoje é o espetáculo mais deprimente de uma disputa política por empresários, por pessoas que são testas-de-ferro de multinacionais, que são testas-de-ferro de banqueiros, que são testas-de-ferro do poder. E não é só o dinheiro; pior é a máquina governamental colocada a disposição de candidatos atarefados comprometidos com o poder, com a ditadura, com o passado, para poder elegê-los. Isso é lamentável, mas nós os candidatos de partidos pequenos, os candidatos mais pobres, teremos que tomar uma decisão e parece que já há um entendimento nesse sentido, de denunciar, de levar à justiça eleitoral para que ela tome as providências, para no momento em que pegaram o Múcio Athayde como bode expiatório, pelo abuso do poder econômico, porque estava dando pão e leite, também nós temos a obrigação moral de denunciar aqueles que têm as multinacionais, as empresas de construção civil e o poder para fazer essas eleições em Brasília.

Eu acho que, na minha qualidade, por exemplo, de candidata, que não estou presa a nenhum grupo, que não tenho ninguém para me auxiliar na minha eleição, não recebi nenhuma das propostas de fazer parte desse ou daquele grupo que tem recebido dinheiro, eu tenho sentido na pele que essa eleição e a coisa daquele tipo de política mais imoral que acontece.

Até a imprensa hoje tem limitações de apresentar os candidatos de pequenos partidos, os candidatos pobres. E muito importante que conscientize a respeito de nós estarmos numa transição política querendo introduzir um estado de direito e essas eleições não são eleições democráticas. São eleições maculadas pelo abuso do poder econômico de pessoas que realmente nunca fizeram política, nunca usaram o seu dinheiro para o bem da comunidade, estão usando ele agora para poder comprar votos, porque nunca se conscientizaram de que eles têm obrigação com essas comunidades, têm obrigação com Brasília. Eu fico pensando disso aí quem será que vai ganhar? Será que a Volkswagen ou a Ford?

Maria Laura — Eu gostaria de destacar que a questão do poder econômico nas eleições não se manifesta apenas através da distribuição de lotes de remédios, de garantia à realização de festas de aniversario, distribuição de balas, de dinheiro. Eu acho que a essa discussão de maneira mais profunda, porque o poder econômico se manifesta nessas eleições até na legislação que regula a campanha eleitoral.

O programa de televisão, por exemplo, tem um tempo definido de maneira anti-democratica. O PMDB e o PFL que tem nesses partidos altos comerciantes, donos de Banco, Brasil, industriais, donos de muitos edifícios, donos de barracos que já são construídos e usados por moradores há muito tempo. A associação dos moradores vinha mantendo uma luta pela regularização habitacional e de maneira muito correta encamanhando as suas reivindicações ao Governo do District Federal, que deu resposta a essas reivindicações, e, o silêncio, e o descaso. Então no último sábado que antecedeu ao levante dos barracos, eu tomei conhecimento que houve uma assembleia de moradores organizada pela associação com a participação de 500 moradores, 500 inquilinos e que naquela assembleia a discussão feita em cima da associação daria apoio, de fato, à luta dos inquilinos pelo teto, no Paranoá e que naquela assembleia não foi tirada nenhuma decisão em relação a desenvolver essa ação imediatamente. A população, de maneira voluntária e tendo por trás a miséria e a necessidade de ter um teto com as suas propriedades, começou a levantar os barracos. Então, na segunda-feira, quando os barracos já estavam praticamente levantados, recebo um telefonema do companheiro Juarez, que além de ser petista, ele é morador do Paranoá e membro da diretoria da associação, pedindo para que a gente mobilizasse forças no sentido de ir para o Paranoá porque a polícia e a Terracap estavam chegando lá para a derrubada dos barracos. E foi ai que fomos com companheiros do PT, do PDT, dra. Herilda e Ordem dos Advogados, quer dizer, muitas forças democráticas no sentido de impedir essa violência do Governo. Então, não tem nada de ação feita e organizada pelo Partido dos Trabalhadores, que esteve lá apenas para apoiar e defender a população do massacre.

Rose Góes (PSB)

"O poder econômico está comprando votos, massacrando os pequenos partidos".

Maria Laura — Maria de Lourdes, você afirmou e reconhece a existência do abuso do poder econômico nessas eleições. Como você se coloca dentro de um partido, que é situação, que é um dos responsáveis por essa legislação eleitoral antidemocrática, que privilegia certos dons do dinheiro? Como você se sente num partido onde existem alguns poderosos políticos, não de hoje, mas de ontem, que são poderosos da ditadura militar e poderosos da já velha Nova República?

Maria de Lourdes — Olha Laura, eu vou te responder, quer dizer, eu não tenho procuração do partido para responder sobre o poder econômico que existe e que está aí se organizando no sentido de ganhar as eleições. Eu vou responder a minha posição que eu tenho dentro do partido e o apoio que eu tenho do partido. Quando eu me filiei ao PFL, eu me filei por duas razões: primeira coisa porque foi o único partido que me garantiu legenda; eu queria participar da Constituinte. E esse partido me garantiu a legenda. Então eu me filiei com esta garantia. Eu precisava de carros, então eu recebi 5 carros e três carros com som. Recebo também o material de colagem, que por sinal é feito aqui no **Jornal de Brasília** por um preço mais barato que o mercado das gráficas e também uma ajuda de custo. Nós temos que contratar esses cinco motoristas e o pessoal que está nos comitês. Então eu tenho uma ajuda de custo. E a minha campanha está sendo desenvolvida com a participação dos amigos. E eu vou citar aqui, para vocês agora, o apoio que eu estou tendo dos camelôs e dos feirantes de Ceilândia, que todo feirante vai colocar nos carros deles adesivos meus e estão na minha campanha. O meu comitê de Ceilândia foi doado por uma pessoa que há 10 anos atrás chegou no meu gabinete pedindo uma passagem de volta para o Ceará, porque não estava mais agüentando passar fome aqui em Brasília. Eu disse não, você não vai, eu vou lhe dar uma banca de feira. E hoje é um dos maiores feirantes que nós temos. Ele não só cresceu como ajudou a família, como ajudou os amigos. Hoje ele negocia, traz mercadoria de São Paulo, leva feirante em São Paulo a um preço muito baixo e ajuda muito a comunidade e essas pessoas é que têm engajado na minha campanha. Agora, posso assegurar a vocês que eu não tenho acertos com nenhuma proposta de financiamento. Eu acho que vocês viram aí que eu não tenho nenhum sete-door e a minha campanha acredito, está em nível de igualdade com a de vocês. Eu também tenho uma conta bancária e que os amigos têm depositado nessa conta bancária. Isso ai a gente pode, numa hora de ser acusada, mostrar, tem provas disso, pessoas que depositam 300 cruzados. Tenho ajuda demais da comunidade brasileira. Eu inserro aí também que tem gente que me telefona: Maria de Lourdes, manda aí uma fotografia sua que eu vou rodar. E acho que daí a diversificação do material. As pessoas colaboram muito, não só, mas a sua campanha está rica, você não tem um lobby, você não fez um lobby político da sua campanha. Não, não tenho nada disso. Eu me comprometo seguinte: eu mando um santinho para aqui, a gráfica lá de Taguatinga está fazendo, o poeta de cordel fez o verso, trouxe para a minha campanha. Lá no mercado de Taguatinga está publicando. Quer dizer, a minha campanha realmente é muito diversificada porque tem gente que vivinda aqui.

Maria de Lourdes — Tenho a impressão que vocês devem estar sendo, também, muito enganados pela nova constituição e no sentido da discriminalização do aborto. Agora, isso não significa em nenhum momento que o Partido dos Trabalhadores quer a liberalização do aborto. Significa que o Estado deve assumir, realmente, dentro do quadro da assistência à saúde, da assistência à mulher, a questão da maternidade, a questão particular da gestação, e, mais, da procriação. E quando se diz isso ninguém pode ser obrigado a ter filho a partir de toda uma política de saúde dentro do quadro geral da política de orientação à saúde, orientação aos jovens, às mulheres, e às jovens, no sentido de que elas cuidem da sexualidade. Mas esse cuidado passa também por ela, e ter consciência do que significa ter um filho e ser responsável por ele, e, ainda, que a gente tem certeza de que se o aborto for entendido como uma questão que deve ser tratada de maneira social e dentro da política geral de saúde, ninguém vai querer que ele tende, inclusive, a ser reduzido. Porque a gente sabe que hoje aproximadamente 3 milhões de mulheres fazem aborto em condições de extrema precaríssimas condições, sem nenhuma assistência, correndo risco da própria vida.

Herilda Balduino — O PDT encara o problema de aborto primeiro não como particularmente feminino, porque aborto não vai ser tratado em Constituição. E preciso deixar isso claro para as mulheres que isso é uma falsa idéia. O aborto não é questão da Constituinte. O PDT encara, na Constituinte, os problemas com a vida, com a melhoria de vida, com a dignidade da vida do povo brasileiro. Agora, se o aborto é um problema da liberação de aborto, o PDT está comprometido com aquelas teses que nós vamos levar, como de educação, de assistência à saúde, de educação, de consciencitização da natalidade, porque isso é muito importante em termos de política global de desenvolvimento da pessoa humana. E, ainda, de termos, colocar isso radicalmente, a favor ou contra o aborto, nós estamos repetindo aquelas coisas do autoritarismo. Nós queremos levar propostas para conscientizar o povo brasileiro da dignidade, do valor da pessoa. E, a partir daí, partindo para as políticas dos problemas sociais, que nos atingem. Eu acho que é muito essencial que nos conscientizemos através da educação, de participação política, no planejamento familiar, como eu já tinha falado antes.

Maria Abadia (PFL)

"Você não resolve o problema da violência armando a policia"

Representação em todos os níveis

— Qual a representação política ideal para o Distrito Federal?

Maria Abadia — A representação política para o DF, eu acredito que precisamos de representação em todos os níveis. Eu acredito que todos os candidatos estão ai, deparando com a confusão dos eleitores com relação ao papel do deputado estadual, que tem muito pouco para que as mulheres tenham o horário corrido. Ai ela teria muito mais tempo para se dedicar ao lar, aos filhos, dando mais atenção a eles, dando mais carinho a essas crianças que ficam em casa. Outra mulher que é bastante discriminada nos nossos dias é a mulher do lar, prendas domésticas. A dona-de-casa, que não trabalha fora e se dedica exclusivamente a criar os filhos. Partindo-se do principio que nós somos as grandes produtoras desse mundo, porque colocamos aqui seres humanos que vivem e consequentemente produzem, a mulher que tem o seu papel importante. E nada mais justo de se reconhecer essa dona-de-casa. Reconhecendo como profissão para que ela possa no futuro receber uma aposentadoria. E no dia do momento em que ela paga INPS, ela recebe a aposentadoria, mas não como dona-de-casa, como alguém que produziu para o País, como alguém que deu alguma coisa em benefício da Nação. Porque ela criou seres que contribuem para o País. Penso ainda em mudanças no conceito de chefes de família. Existem muitas famílias nos países que me apóiam, de vários partidos, temos a consciência. A luta da mulher é suprapartidária. E espero encontrar na Constituinte mulheres comprometidas com a causa das mulheres, porque o problema não se situa em eleger mulheres. Não e eleger mulheres comprometidas com a causa feminina, que entendam o que é a condição feminina. Porque mulheres machistas não ajudam em nada. Eu acho que o grupo de paises que têm a maior jornada de trabalho. Então eu acho que é necessario que, nesse momento que a gente está vivendo, que a enorme dos população desempregada e um nivel salarial baixissimo, que haja uma redução da jornada de trabalho para 40 horas, que e uma reivindicação dos trabalhadores. Essa e uma maneira, inclusive, de atacar a politica de desemprego. De cada 100 trabalhadores que têm a sua jornada de trabalho reduzida para 40 horas, nos vamos ter 29 empregos.

Herilda Balduino — A representação política do DF foi uma luta que antecedeu essa deflagração do processo político que hoje nós vivemos. E digo que, como eu já me referi, veio simplesmente para senadores e deputados porque isso em se estamos fortalecendo a necessário em se tratando de uma Constituinte.

Existem teses a respeito da eleição de governador, de autonomia de cartas, mas isso são coisas de discursos que não têm nenhum fundamento no problema histórico institucional. Nós queremos eleger o nosso governador. Governador, por ser Brasília, a capital da República, não implica que seja um homem de confiança do Governo. A essência da democracia a alternância no poder. Pode ter um Governo de tal partido e um governador que não seja daquele partido. Mas isso não quer dizer que seja ruim. Essa ideia é da ditadura, onde tudo tinha que ser certinho,